

# **PRODUÇÃO DO ESPAÇO E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL NO DISTRITO FEDERAL: O CASO DE ÁGUAS CLARAS**

**LEITE, Sílvia Silva Cavalcante. Departamento de Geografia. Universidade de Brasília.  
E-Mail: [silvialeite@unb.br](mailto:silvialeite@unb.br); [silviascl\\_gea@yahoo.com.br](mailto:silviascl_gea@yahoo.com.br)**

**FRANÇA, Karla Christina Batista de. Departamento de Geografia da Universidade de Brasília.  
E-Mail: [karlinha@unb.br](mailto:karlinha@unb.br)**

**FRAZÃO, Dulciene da Costa. Departamento de Geografia da Universidade de Brasília.  
E-Mail: [dulcienefrazao@hotmail.com](mailto:dulcienefrazao@hotmail.com)**

## **INTRODUÇÃO**

Mudanças nas condições de acumulação capitalista na sociedade contemporânea apontam para o fortalecimento de estratégias de produção e apropriação do espaço urbano, tendo como finalidade a ampliação da acumulação. Nessa dinâmica, o setor imobiliário apresenta-se como uma das vias de realização do capital e de consumo do espaço.

Tem-se como diferencial dessa fase, nas cidades brasileiras, a proliferação de produtos imobiliários habitacionais que reproduzem elementos do espaço urbano de forma privativa, em contraposição ao ideal de consolidação de condições satisfatórias de vida e urbanidade para a sociedade urbana como um todo. Processo esse, que é regido pelas leis do capital, como sabemos.

No entanto, buscando problematizar sobre outro elemento que compõe o processo contraditório de produção do espaço urbano, buscamos refletir sobre o papel do trabalho enquanto elemento essencial à realização do espaço enquanto produto de consumo e meio de realização dos interesses do capital. Temos que a materialização dos diversos produtos imobiliários oferecidos no mercado passa pelas mãos do trabalho operário empregado na construção civil, dentre outras atividades.

No entanto, esse tipo de atividade apresenta uma das piores condições de trabalho na sociedade urbana, estando seus trabalhadores sujeitos a intensa exploração. Olhando a partir desse ângulo, focando o trabalho de base imprescindível à “construção do espaço”, buscamos então, refletir sobre o processo de produção do espaço em Brasília, e mais especificamente em Águas Claras – uma das regiões administrativas que compõe a capital Federal.

Nessa linha de análise o artigo está estruturado da seguinte forma: Considerações teóricas sobre a (re)produção do capital no espaço urbano, produção do espaço e sobre a relação capital-trabalho; uma contextualização, no qual tratamos brevemente sobre a urbanização brasileira e o processo de formação de Brasília; Em seguida focamos o processo de produção do espaço em Águas Claras e sobre o papel do trabalho operário na construção civil.

## **O espaço urbano e a (re)produção do capital**

“Haveria no mundo uma porção de espaços geográficos. Seriam os espaços resultados – estes são espacializados – os lugares, o chão

construído. Para nós, mais importante do que eles é a materialidade das relações que estão nesses resultados e ao mesmo tempo vêm e estão em vários lugares. O que significa dizer que tudo o que se passa num lugar, não morre nele, não se esgota nele” (SILVA, 1991, p. 8).

Para apreendermos o conteúdo entre as formas urbanas, que integram as paisagens, e no caso a ser analisado, o conteúdo que as antecipa e as objetifica, devemos considerar os condicionantes que regem a sua formação. Esses condicionantes irão atuar tanto sobre as formas, quanto sobre os elementos e práticas que lhes darão concretude. Isso pode ser apreendido, por exemplo, na temática do presente artigo: temos que, tanto as edificações urbanas de “última geração” presente em Brasília, como as relações entre capital e trabalho necessárias a sua construção estão condicionadas pelas orientações de teor econômico, político, tecnológicos, cultural, dentre outros, que sustentam o modelo de acumulação num dado momento. Fatores esses que atuam em interação complexa com os condicionantes de escala local. No momento de construção, esses objetos geográficos já possuem conteúdo e neles as contradições já estão presente.

Como “formação espacial capitalista, encerra em seu cerne a luta que travam o capital e o trabalho” (MOREIRA, 1980, p. 14). A respeito dessa afirmação, o autor discorre mais detalhadamente dizendo:

Primeiramente, porque através dos elementos extraídos à “primeira natureza” o que se garante não é a conversão da “dispensa primitiva” em meios de sobrevivência dos homens, mas a produção, sob a forma de matérias-primas brutas, de capital circulante. Em segundo lugar, porque através da geração de “condições de reprodução” o que se gera não são aquelas condições de continuidade sem as quais os homens não repetem com regularidade a produção dos meios de sobrevivência, mas capital fixo. Em terceiro lugar, porque através do uso desses meios de produção o que se está gerando não são meios de sobrevivência dos homens, mas mercadorias, veículos de transformação da mais-valia extraída daqueles que a produziram, em lucros. Em quarto lugar, por fim, porque através da reinversão da mais-valia expropriada em nova fase do processo de reprodução o que se produzirá não será o desenvolvimento econômico-social, mas a acumulação do capital (MOREIRA, 1980, p. 14).

Entende-se então, que o espaço produzido se concretiza trazendo em seu cerne contradições sociais que se explicam pela natureza do capitalismo. Como resultado dessa lógica contraditória, o espaço socialmente produzido é apropriado enquanto mercadoria, acessível apenas a parcelas restritas da sociedade.

Nesse sentido, através das garantias à propriedade privada e dos limites que esta impõe à apropriação igualitária do espaço socialmente produzido, tem-se então no meio urbano a materialização das desigualdades socioespaciais. Às populações de baixo poder aquisitivo geralmente estão destinados os espaços precariamente estruturados, que concentram toda a ordem de problemas, enquanto que para as classes abastadas são oferecidos, enquanto mercadoria, espaços residenciais com alto padrão de infraestrutura e equipamentos urbanos, além de atributos de valor simbólico que motivam o seu consumo.

Coerente com essa dinâmica, a consolidação do espaço urbano enquanto mercadoria vem se ampliando e se fortalecendo, tendo em vista as novas possibilidades e estratégias oferecidas pela atual fase do capitalismo (global e flexível).

Segundo Lefebvre (2008, pp. 47-48):

A cidade tradicional tinha, entre outras, essa função de consumo, complementar à produção. Mas a situação mudou: o modo de produção capitalista deve defender num *front* muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a re-produção das relações de produção. Essa re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro.

Concorda-se com a fala do autor, uma vez que esse “espaço inteiro” apropriado pelo capital tem como finalidade última a re-produção das relações de produção. Entende-se que nesse caminho as diferentes dimensões da vida e os espaços que aí se concretizam são capturados, e conseqüentemente lhes são conferidos um caráter de mercadoria, contribuindo assim para a (re)produção do sistema como um todo. As dimensões e elementos que constituem a reprodução da vida para além do trabalho são apropriadas por relações de venda e compra.

Em muitos casos estas são apropriadas por agentes imobiliários para a produção de empreendimentos residenciais nas cidades, que em suma não estão preocupados com o bem-estar necessário a reprodução da vida, mas sim em atender aos interesses dominantes e restritos de ampliação da acumulação de capital. Entre as estratégias para a maximização dos lucros no setor observa-se, na atualidade, a articulação com mercados de capitais<sup>1</sup>, que aumentam a capacidade de acumulação através dos espaços socialmente produzidos.

A apropriação pelos agentes imobiliários das possibilidades oferecidas pelos atributos do capitalismo flexível se articulam ao tradicional papel do trabalho como meio de extração de mais-valia, a partir do qual o espaço produzido, ou em vias de construção, terá sua valorização maximizada ao ingressar no mercado financeiro como cotas de ações.

E nesse “longo” e acelerado percurso, porque favorecido pelo meio-técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008), tem-se, então, uma intensificação da alienação do homem em relação ao produto de seu trabalho. A esse respeito Santos (2007, p. 29) discorre:

À medida que a cooperação estende sua escala espacial, o homem produtor sabe cada vez menos quem é o criador de novos espaços, quem é o pensador, o planejador, o beneficiário. A intensificação das relações comerciais, induzindo à orientação da produção para a venda, é ao mesmo tempo um fator de alienação regional e de alienação do homem. Como já não produz para prover às suas necessidades mais imediatas, num mundo onde a monetarização se generalizou, o homem se vê condenado a ser mercadoria, um valor de troca no mercado de trabalho.

---

<sup>1</sup> Através de Fundos de Investimento Imobiliário – FII’s (Lei brasileira nº 8.668, de 1993) capta-se recursos financeiros junto a bolsas de valores para a realização de investimentos imobiliários. A operação consiste, de modo geral, em lançar cotas – que se configuram em valores mobiliários no mercado de capitais, as quais são adquiridas por investidores (fundos de pensão, investidores estrangeiros, pessoas físicas) que participam da distribuição dos resultados através da venda dessas cotas. Portanto, os FII’s aparecem como uma estratégia comum entre o mercado de capitais e o setor imobiliário para a dinamização de ambos, na medida em que é desenvolvida uma integração do mercado imobiliário ao mercado de valores mobiliários, isto é, financeiros (VOLOCHKO, *mimeo*, s/d).

## A produção do espaço

Considerando que na presente pesquisa é importante apreendermos o conteúdo presente no processo de concretização de elementos do espaço geográfico, adotaremos como categoria de análise a “*produção do espaço*”.

Estudar o espaço urbano a partir da sua produção permite um entendimento mais profundo sobre os elementos e processos que aí se articulam e sobre como isso se realiza para (re)produzir um modelo de sociedade. Nesse sentido, passa pela apreensão da materialização das relações sociais no espaço. Adotado esse caminho de análise, torna-se possível desvelar as contradições que se constituem durante tais processos e que servem a própria manutenção do sistema.

Lefebvre (2008, pp. 38-39) aponta para a importância da construção do conhecimento sobre o espaço social no sentido de desvelá-lo:

se há um sistema é preciso descobri-lo e mostrá-lo, ao invés de partir dele (...). Por que este preâmbulo? Porque é possível que o espaço desempenhe um papel ou uma função decisiva no estabelecimento de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema, precisamente quando não se pode deduzi-lo desse sistema, dessa lógica, dessa totalidade. É preciso, ao contrário, mostrar sua função nesta perspectiva (prática e estratégica).

Entende-se a partir da fala do autor, que a análise que parte do próprio sistema já está fadada a legitimá-lo, ao pressupô-lo, logo a dar-lhe força por velar os processos, as estratégias e práticas que se articulam para sua reprodução. Entendendo que o espaço produzido tem funções que se materializam a partir de estratégias e práticas, vem à tona que o mesmo é estruturado e planejado de acordo com as forças políticas, econômicas e sociais que pressionam a sua formação. Portanto, os interesses dominantes em determinada época e território irão prevalecer na sua produção (FERREIRA, *mimeo*, s/d).

Logo, a produção do espaço está intrinsecamente relacionada ao modo de produção dominante em determinada época e lugar. No âmbito do capitalismo, o espaço urbano constitui-se então como um dos condicionantes de reprodução desse sistema, por isso, este assume um papel determinante na configuração socioespacial das cidades.

Dessa forma, considera-se tal condicionante como essencial na análise da produção do espaço urbano. No entanto, tal perspectiva não prescinde da análise das especificidades da formação urbana estudada, tais como as práticas sociais que se materializam espacialmente na relação com o contexto social e histórico de sua produção.

Corrêa (1989, p. 11), aponta que:

o espaço urbano capitalista é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes (concretos) que produzem e consomem espaço. (...) os agentes desse processo são: (a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; (b) os proprietários fundiários; (c) os promotores imobiliários; (d) o Estado; e (e) os grupos sociais excluídos.

Esses seriam considerados então, como agentes na produção do espaço, tendo em vista que têm um papel de comando nesse processo, que se explica pelo poder econômico e político que possuem – exceto para o caso dos grupos excluídos. Corrêa (*idem*, p. 12) chama atenção ainda para o fato de que:

a ação desses agentes serve ao propósito dominante da sociedade capitalista, que é o da reprodução das relações de produção, implicando na continuidade do processo de acumulação e a tentativa de minimizar conflitos de classe.

Lembrando que o espaço tem um papel crucial enquanto instrumento para viabilização de tais propósitos, uma vez que o mesmo se constitui como resultado e condicionante de processos socioeconômicos e culturais. Como destaca Santos (1986, p. 139), o espaço é “condição eficaz e ativa da realização concreta dos modos de produção e de seus momentos”.

### **O papel do trabalho na produção do espaço**

Cabe problematizar, no âmbito da produção do espaço urbano, sobre o papel reservado à classe trabalhadora nessa dinâmica, como tentativa de contribuir através da geografia para a compreensão das relações que se estabelecem entre capital e trabalho no interior desse processo. Nesse sentido, Silva (1991, pp. 18-19) chama atenção, apontando que o processo produtivo é constituído de relações em que os fatos estão às avessas porque “o agente indireto [detentor dos meios de produção] aparece como o agente real; e o agente direto [trabalhador] é negado. (...) O resultado de sua produção lhe é estranho”. Ou seja, o trabalho realizado para produzir espaço na sociedade capitalista possui um caráter alienado.

Logo, entende-se que a alienação do trabalhador em relação ao produto final do seu trabalho busca fortalecer a passividade, e limitar a ação desse ser ao nível do imediato, criando obstáculos à consciência da totalidade e dessa forma, enfraquecendo a possibilidade de enfrentamento à ordem vigente. Antunes (2001) argumenta que o estranhamento faz parte da essência do trabalho.

Quer pelo exercício laborativo *manual*, quer pelo *imaterial*, ambos, entretanto, controlados pelo sistema de metabolismo societal do capital, o *estranhamento (Entfremung) do trabalho* encontra-se, em sua essência, preservado. (idem:*ibidem*) (2001, p. 130)

Mendonça (2004) escreve sobre os fundamentos históricos da alienação e estranhamento dos trabalhadores, que:

A destruição da auto-suficiência e suas implicações objetivas e subjetivas possibilitaram o surgimento da “escravidão assalariada”, que se tornou o elemento fundante para garantir eficiência e flexibilidade à extração do trabalho excedente. O processo de transição da ordem feudal para o capitalismo significou o “fim da dominação forçada”, pois a relação contratual que se estabeleceu era “totalmente livre”. Esse fato se expressa na subjetividade dos trabalhadores que não perceberam as imposições do capital, em função do estranhamento e da alienação constituídas como co-partícipes do processo produtivo. (2004, p. 72)

Antunes (2001) chama atenção ainda para a forma como o capital, na contemporaneidade, vem buscando envolver cada vez mais intensamente a subjetividade operária. Através de “representação ideológica, valorativa e simbólica” o capital introduz no interior do processo produtivo um discurso com intuito de fazer com que o trabalhador abrace a causa da empresa, pensando no que é melhor para ela.

Todavia, esse “exercício da atividade subjetiva está constringido em última instância pela lógica da forma/mercadoria e sua realização” (idem, p. 128). Ou seja, ele está orientado para “as necessidades” do mercado e da empresa.

Nessa fase do capital, caracterizada pelo desemprego estrutural, pela redução e precarização das condições de trabalho, evidencia-se a existência de uma materialidade adversa aos trabalhadores, um solo social que constringe ainda mais o afloramento de uma subjetividade autêntica. Múltiplas fetichizações e reificações poluem e permeiam o mundo do trabalho, com repercussões enormes na vida fora do trabalho, na esfera da reprodução societal, onde o consumo de mercadorias, materiais ou imateriais, também está em enorme medida estruturado pelo capital (idem, p. 131).

Logo, observa-se na fase atual do sistema capitalista o avanço “qualitativo” do capital, no qual a submissão do homem aos ditames da acumulação se intensifica através do espaço produzido e no seu processo de produção, por meio do trabalho.

### **O processo de urbanização no Brasil: breves considerações**

O processo de urbanização e industrialização brasileira começaram a se aprofundar a partir de 1930, quando os interesses urbano-industriais conquistaram a hegemonia na política econômica, como ressalta Maricato (2003). No entanto, diferentemente do que ocorrera na Europa e nos Estados Unidos, a industrialização nacional não foi desencadeada com base em rupturas com a ordem social anterior, cuja maior expressão seria a reforma agrária. No Brasil, houve a acomodação de interesses, beneficiando a manutenção da estrutura socioespacial interessante à elite nacional, concomitantemente, a manutenção das desigualdades sociais históricas. O Estado por meio do projeto geopolítico instrumentalizou o espaço como base para a acumulação de capital.

O modelo de desenvolvimento urbano-industrial baseado na substituição de importações dependia da formação de um mercado consumidor e de mão-de-obra abundante. Logo, disseminaram-se pelo território as idéias de valorização do meio urbano e de incentivo ao consumo, significando a generalização de novas necessidades, além da realização no território de uma nova divisão do trabalho, como apontado por Ferreira (2003).

Ainda segundo Ferreira (2003), a região Sudeste passou a ser dinamizadora do sistema econômico, ocorrendo a partir dela a articulação do espaço nacional - antes fragmentado em economias regionais -, o que atingiu mesmo que indiretamente as partes mais distantes do território. Os fortes desequilíbrios regionais e valores urbanos disseminados no território alimentaram um intenso fluxo migratório para os centros urbanos e industriais de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Decorrente dessa dinâmica essas cidades passaram por intenso processo de metropolização e periferização da população migrante e pobre.

As áreas desvalorizadas e deficitárias em infra-estrutura tornaram-se local de moradia dos pobres. Criando as desigualdades internas no espaço das cidades. As soluções para as demandas insatisfeitas e o atendimento das camadas pobres veio com a informalidade da habitação, do comércio e especialmente dos serviços [...] solução para as contradições geradas pelo modelo urbano (idem, 2003, p.108).

O dinamismo econômico de algumas cidades era atrativo às populações pobres que buscavam trabalho e melhores condições de vida. Logo, várias cidades com esse atributo passaram por processo de metropolização. Mais tarde, principalmente a partir de 1970, a urbanização brasileira se consolida ligada à modernização de base científico-tecnológico-informacional, que atingiu o campo e a cidade, como destaca Ferreira (2003). O emprego das novas tecnologias no campo proporcionou a modernização agrícola e o desenvolvimento de atividades em padrões industriais, concomitante à expulsão maciça de população das áreas rurais modernizadas para as cidades. A crescente urbanização nacional favoreceu a acumulação capitalista e proporcionaram melhorias nas condições de vida da população urbana, de modo geral. Ainda assim, os ganhos sociais e econômicos mediados pela exploração do trabalho foram distribuídos desigualmente no território, de acordo com os interesses dominantes.

### **O processo de produção do espaço urbano de Brasília**

Brasília, sede da capital federal, construída em pleno governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1960), foi criada para desempenhar um papel geopolítico crucial na disseminação do fordismo no Brasil.

Peluso (2003) num estudo sobre Brasília - analisando os processos histórico-espaciais, a partir das representações sociais - identifica três momentos históricos que se articularam para a constituição da nova capital brasileira. O primeiro desses momentos corresponde à crise decorrente das transformações sociais provocadas pelo capitalismo nas cidades manufatureiras do século XIX e à emergência das más condições de vida urbana entre a massa operária.

É a partir dessa fase, na busca de soluções para os problemas da cidade, que se propõe a ordem racional, legitimado na Europa desde 1840 e adotado no Brasil a partir da década de 50 do século passado. Segundo essa visão, a negação da pobreza e do atraso eram premissas necessárias rumo ao desenvolvimento em gestação. Avançando no tempo, temos então que “o movimento de expansão econômica, de produção espacial e de elaboração mítica apresentaram Brasília como o instrumento do desenvolvimento e a afirmação de um novo Brasil, industrializado e independente” (idem, p. 14).

O segundo momento, de acordo com Peluso (idem, p. 10), “corresponde ao confronto entre as ressignificações míticas do passado nacional, sua projeção para a construção de Brasília e a realidade do crescimento populacional continuado.” Ou seja, é baseada no confronto entre a imagem construída em relação ao passado, negando as condições de desigualdades históricas existentes no Brasil, em prol de uma nova imagem que contribuiria para o futuro desejado.

É importante destacar a respeito desses momentos analisados pela autora, sobre o papel da ideologia, sobre como os signos do progresso foram articulados para legitimar a necessidade de construção de Brasília e para envolver a sociedade nesse processo, sem, entretanto, expressar o real conteúdo e interesses aí envolvidos, e com isso oposições sociais. Esses elementos foram muito importantes para atrair uma grande leva de trabalhadores para “a grande obra” (RIBEIRO, 1980).

Dos rincões de pobreza e desigualdades sociais presentes em todo Brasil, dos quais a região Nordeste ainda é um dos mais expressivos exemplos, vieram trabalhadores em busca de emprego e perspectivas de mudança de vida. Com isso, parte dos fluxos migratórios que antes se direcionava para a região Sudeste destinou-se a partir de então para o interior do país.

Ainda segundo Peluso (2003), temos então o terceiro momento das práticas espaciais. Esse se refere às representações sociais do território gestadas no período

colonial, que apresentam continuidade no processo de apropriação das terras no Distrito Federal (DF). O Plano Piloto de Brasília - definido como o centro da nova capital -, apresentado como espaço-modelo de equidade e harmonia entre as classes logo se confrontou com as necessidades de moradia da classe operária, responsável pela construção da cidade. Dadas as dimensões das obras e por isso, à quantidade de pessoas necessárias a sua realização, além das expectativas das mesmas de permanecerem em Brasília após sua construção, a demanda por moradias permanentes se multiplicou. Expectativas essas que se contrapunham aos objetivos do Estado.

Para o Estado, na verdade, os acampamentos e “ocupações” que se formavam nas proximidades dos canteiros de obras “deviam ser desocupados quando se inaugurasse Brasília, e a cidade provisória, destruída” (idem, p. 17). No entanto, tais medidas não foram possíveis de serem realizadas diante das dimensões atingidas pelas ocupações e das reivindicações de permanência na capital pelos trabalhadores e imigrantes que afluíam de todo o país. Ou seja, o sonho de integrarem-se à “capital da esperança”, à cidade igualitária, decorrente do discurso inicial do Estado revelou-se um mito, não fosse a resistência dos trabalhadores em deixarem a Capital.

Da relação contraditória entre o Estado - que se viu pressionado a prover moradia permanente aos trabalhadores - e a resistência dos operários surgiram os primeiros núcleos habitacionais periféricos e segregados. Temos que a produção do espaço (historicamente desigual) expõe os conflitos entre diferentes segmentos sociais.

A organização do espaço urbano processou-se então, sob o formato de assentamentos habitacionais – denominados como cidades-satélites - distantes entre si e do centro, o Plano Piloto, tendo em vista sua preservação para as funções da administração pública e de moradia dos altos escalões do Estado. As políticas de assentamento consideraram a construção das cidades-satélites apenas enquanto espaços para a habitação, o que acabou “contribuindo para a formação do centro polarizador metropolitano” (Ferreira & Penna, 1996, p. 196). Observa-se assim, que as cidades-satélites - ou como hoje são denominadas, Regiões Administrativas (RA's) - vêm mantendo ao longo do tempo, uma forte dependência em relação às atividades econômicas e aos equipamentos urbanos que se concentram no Plano Piloto.

Em 1970, com a capital construída, e consolidada a polinucleação da cidade, o crescimento populacional decorrente das migrações ainda era intenso. Isso acarretava demandas sobre os equipamentos públicos, sobre a terra e o mercado de trabalho. Peluso (2003) destaca que entre 1979 e 1983, avaliou-se que a oferta de moradias incentivava as migrações, logo a medida tomada pelo governo foi de suspensão de construção de moradias populares. A falta de oferta de habitações gerou, ainda, a intensificação do surgimento de favelas e invasões. A demanda por habitação era tanto da classe média, que estimulou o mercado de loteamentos irregulares, quanto da população de baixa renda.

Isso resultou numa valorização do solo urbano, que empurrou parte das camadas de baixa renda e novos imigrantes para os municípios goianos limítrofes ao DF. A partir desse processo formou-se então uma periferia no seu entorno, fortemente dependente dos equipamentos urbanos e das atividades econômicas de Brasília. Penna (2006, p. 6) aponta que em função da rápida explosão da urbanização, dos esforços de planejamento realizados, e apesar da heterogeneidade da região formada pelo Distrito Federal e pelos municípios goianos vizinhos formou-se uma região metropolitana de caráter nacional.

No período de transição entre o regime militar e a abertura política, “a gestão do território do DF incorporou o projeto eleitoral dos políticos” (idem, p. 21). A escassez de habitação, resultante do período anterior, tornou-se o grande cabo eleitoral e estabelecia compromissos entre políticos e eleitores carentes de moradia, fazendo da

terra pública uma importante moeda eleitoral. Dessa dinâmica resultou a construção de novas regiões administrativas com carências urbanas, além da conhecida dependência econômica em relação ao centro metropolitano.

Na década de 1980, observa-se também outro processo de ocupação no DF. Este passou a ocorrer através da apropriação irregular de terras - “que envolve a compra e venda de lotes, registros irregulares em cartório” - principalmente pela população de renda média a alta, como apontado por Peluso (2003, p. 24). As condições ilegais de apropriação de terras em Brasília tornaram-se possíveis em decorrência da desapropriação das terras de Goiás para a construção da nova capital não ter sido efetuada de forma completa. A partir desse momento a atuação de agentes privados, como grileiros e corretores imobiliários, passaram a participar da produção do espaço em Brasília.

Com as eleições para governador e para deputados distritais em 1990, tem-se a intensificação da apropriação incontrolável da terra e a fragmentação do território. Observa-se nesse momento, em função da política de distribuição de terrenos com teor clientelista, um grande fluxo migratório para Brasília, constituído em grande parte por população carente. Em razão de interesses particulares, seja econômico e/ou político, a apropriação da terra urbana se deu à revelia dos interesses coletivos.

Ao longo dos anos, instrumentos de planejamento e gestão do território foram instituídos na capital visando preservar o Plano Piloto e restringir a ocupação desenfreada do território. No entanto, tais instrumentos vêm sendo manipulados segundo os interesses dominantes, que utilizam o poder político/econômico para empreenderem a expansão urbana enquanto mercadoria ou moeda eleitoral.

Exemplos do domínio e controle dos agentes empresariais e imobiliários no parcelamento do solo em Brasília estão na criação das Regiões Administrativas de Águas Claras, Jardim Botânico e na aprovação da construção do Bairro Noroeste.

### **Águas Claras: Produção do espaço e condições de trabalho na construção civil**

No contexto de avanço do papel da cidade para a reprodução do capital, e tendo em vista ser na atualidade um dos maiores canteiros de obras do Brasil, chama atenção o processo de produção do espaço urbano em Águas Claras.

A atual RA (criada enquanto tal, a partir da Lei nº 3.153, de 06 de maio de 2003) foi pensada pelo Governo do Distrito Federal (GDF) em decorrência da necessidade de adensamento urbano dos vazios entre áreas já consolidadas de Brasília (quais sejam: Plano Piloto, Guará e Taguatinga) para assim tornar viável o projeto de instalação do metrô.

A princípio, ela foi pensada para abrigar uma população de baixo a médio poder aquisitivo e seria construída através de cooperativas habitacionais. Essa determinação tinha como objetivo suprir o déficit de moradia que resultava em invasões e possibilitar o acesso à população de baixa renda, como ressaltado por Gomes (2007).

Constatou-se, como descrito no MDE de Águas Claras (GOVERNO, 1984), que se não fosse prevista alternativa para o crescimento organizado de Brasília – à época com trinta e um anos, mas já carente de alternativas de moradia para as classes sociais que não poderiam arcar com os custos imobiliários na cidade -, o crescimento se daria de qualquer forma, provavelmente predatória, ameaçando os padrões característicos da cidade, fato já previsto por Lúcio Costa, que

desenhou cidades-satélites como alternativas para o crescimento de Brasília (GOMES, 2007, p. 55).

Procurou-se, ainda, pela concepção inicial do projeto que Águas Claras incorporasse os moldes do que se pode chamar de cidade brasileira tradicional, conforme o MDE (Memorial Descritivo). Essa concepção presente nas NGB's (Normas de Gabarito) previa o predomínio de usos mistos (uso comercial no térreo e residencial nos andares superiores) nas duas principais avenidas da RA.

No entanto, em 1998, a partir de mudanças nos seus parâmetros construtivos, através do Plano Diretor Local (PDL) de Taguatinga (RA limítrofe a Águas Claras) – que vem substituir as NGB's - o interesse das construtoras e incorporadores sobre a localidade passou a se ampliar (GOMES, 2007). O novo documento permitia o aumento do potencial construtivo dos lotes, logo, o aumento no número de unidades imobiliárias, possibilitando maiores ganhos ao capital.

A partir das mudanças no PDL de Taguatinga, Águas Claras passou a ser vista pelo setor imobiliário como uma fonte de “retorno líquido e certo” do capital investido, conforme enfatizado por Luiz Carlos Atié, presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do DF<sup>2</sup>. Observou-se então, a crescente valorização dos lotes na localidade.

Há a partir de então, uma mudança no comportamento dos preços dos terrenos e imóveis, concomitante à migração do capital imobiliário para a localidade. Em decorrência desse processo, Águas Claras se transformou no maior canteiro de obras do Brasil.

Dados apresentados por Gomes (2007, p.101), a partir de informações obtidas na Terracap, demonstram como o preço do metro quadrado em Águas Claras passou por crescente valorização a partir de 1999 (um ano após a publicação do PDL). Entre 1995 e 1999, o preço do metro quadrado teve uma leve valorização de R\$28,33 (1995) para R\$31,99 (1999). No entanto, de 2000 a 2005 essa valorização se intensificou, passando de R\$53,75 em 2000 para R\$204,56 em 2005.

A partir das referidas mudanças na paisagem urbana, observa-se que a população que passou a se estabelecer na RA é de classe média e alta. Observa-se ainda a supressão dos espaços públicos em favor do consumo de novas formas de morar que oferecem lazer, segurança e outros serviços urbanos de forma privativa.

Temos que Águas Claras é uma das RA's que melhor caracterizam o fortalecimento da atuação dos agentes privados na produção do espaço e o emprego das orientações atuais do capitalismo em Brasília. É caracterizada ainda pela homogeneização espacial e social interna, em detrimento das diferenciações socioespaciais em relação ao restante da região metropolitana de Brasília.

Gomes (2007) considera que o capital incorporador foi o principal vetor de realização das mudanças no projeto original de Águas Claras, que resultou em mudanças significativas no desenho proposto e nos tipos de uso e ocupação do solo. Nesse sentido, estão presente nas principais avenidas de Águas Claras edifícios residenciais em torres (em geral com mais de 20 andares), que em sua maioria não agregam usos mistos.

Diante dos limites de realização de empreendimentos imobiliários no Plano Piloto, os incorporadores buscaram fora dali a realização do lucro por meio do setor. Depreende-se então, que o capital incorporador e o governo, ao lhe dar condições de atuação, têm sido os principais agentes na produção do espaço em Águas Claras. Como

---

<sup>2</sup> Fonte: <http://aguasclarasdf.com/site/?p=44>

esse processo se realiza norteado pela lógica do capital, problemas resultantes do excessivo adensamento e impermeabilização indevida do solo, de circulação viária e outros não são considerados. Logo, esses problemas tendem a ser socializados com o tempo pelos próprios moradores.

Considerando as dimensões do canteiro de obras que é Águas Claras, na atualidade, podemos visualizar em seu processo construtivo como se realiza a relação capital-trabalho na construção. De acordo com notícias veiculadas freqüentemente na imprensa, apenas em 2008, em Brasília, foram registradas oito mortes na construção civil. Outros 20 registros sem morte foram contabilizados, a maior parte nessa RA.<sup>3</sup>

Segundo notícia veiculada em jornal local, o número de mortes registradas este ano já superou o do ano passado. Inclusive, no dia 15 de outubro de 2008 em Águas Claras, um operário ficou ferido e outro morreu depois de serem atingidos por uma barra de ferro num canteiro de obras.<sup>4</sup>

Embora, o número de acidentes na RA tenha sido relativamente alto se comparado com acidentes em obras existentes em outras partes do DF, isso não significa necessariamente que lá as condições de trabalho são mais precárias e extenuantes que em outros lugares do DF ou do Brasil. Talvez isso decorra do fato dessa RA concentrar a maior parte das atividades da construção civil em Brasília no presente momento. Ainda assim, isso não diminui a gravidade do problema.

Da relação contraditória entre a produção do espaço como fonte de acumulação de capital e a exploração da classe operária que movimenta e da concretude ao espaço enquanto mercadoria vem à tona então o interesse em entender como a classe operária se integra nesse processo. Vale ressaltar que essa é uma problemática ainda em análise no local de estudo, sendo apresentada aqui apenas as orientações teórico-metodológicas gerais que norteiam a pesquisa.

### **Breve caracterização dos trabalhadores da construção civil**

A relação capital-trabalho presente na materialização das formas urbanas geralmente são orientadas por agentes imobiliários, pelo Estado e em última instância por uma ordem distante (de caráter político e econômico definidos por agentes globais). Entre as atividades a serem executadas para a concretização de uma obra a ser oferecida no mercado imobiliário estão as dos operários da construção civil.

A construção civil é composta, quase que totalmente, por trabalhadores do sexo masculino. A estrutura funcional de base no setor é constituída de mestres, pedreiros e serventes, que dividem hierarquicamente o canteiro de obras. O setor aloca um grande contingente dos trabalhadores pobres e com baixa escolaridade.

Dados sobre os trabalhadores ocupados na construção civil em centros metropolitanos no Brasil, dentre os quais o Distrito Federal, disponibilizados pelo DIEESE (2001), embora não tão recentes, são ilustrativos de algumas características dos trabalhadores do setor, como pode ser observado nas tabelas (1, 2 e 3) a seguir.

---

<sup>3</sup> Fonte: <http://aguasclarasdf.com/site/?p=297>

<sup>4</sup>Fonte: DFTV Data: 15/10/2008.

**Tabela 1 - Rendimentos dos Ocupados na Construção Civil segundo Principais Ocupações**  
**Regiões Metropolitanas - 1998/99**

(valores em reais de março de 2000)

<b>Regiões Metropolitanas</b>	<b>Pedreiro</b>	<b>Servente</b>	<b>Total de ocupados na Construção Civil</b>
Belo Horizonte/MG	R\$ 418,00	R\$ 206,00	R\$ 517,00
Distrito Federal/DF	R\$ 493,00	R\$ 285,00	R\$ 707,00
Porto Alegre/RS	R\$ 465,00	R\$ 244,00	R\$ 530,00
Recife/PE	R\$ 346,00	R\$ 178,00	R\$ 398,00
Salvador/BA	R\$ 332,00	R\$ 163,00	R\$ 482,00
São Paulo/SP	R\$ 595,00	R\$ 313,00	R\$ 725,00

Fonte: DIEESE/SEADE. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE, 2001

Obs.: Inflatores utilizados ICV – DIEESE/SP; IPCA/BH/Ipead; ICV-DF/ Codeplan; IPC-IEPE/RS; IPCDescon/Fundaj/PE; IPC-SEI/BA

**Tabela 2 - Idade Média, Média de Anos de Estudo e Taxa de Analfabetismo dos Ocupados na Construção Civil**

<b>Regiões Metropolitanas - 1998/99</b>	<b>Idade Média</b>	<b>Anos de estudo</b>	<b>Taxa de analfabetismo</b>
Belo Horizonte/MG	36	5	6,6%
Distrito Federal/DF	37	5	10,1%
Porto Alegre/RS	38	6	4,3%
Recife/PE	35	5	16,1%
Salvador/BA	36	6	9,2%
São Paulo/SP	36	5	12,7%

Fonte: DIEESE/SEADE. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE, 2001

**Tabela 3 - Ocupados na Construção Civil, segundo Condição de Migração  
Regiões Metropolitanas 1998/99**

Regiões Metropolitanas	Migrante
Belo Horizonte/MG	58,6%
Distrito Federal/DF	86,1%
Porto Alegre/RS	60,5%
Recife/PE	35,8%
Salvador/BA	54,6%
São Paulo/SP	76,4%

Fonte: DIEESE/SEADE. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego  
Elaboração: DIEESE, 2001

O DIEESE (2001) afirma que a busca pela flexibilização dos contratos de trabalho e da jornada – reduzindo direitos e aumentando o poder empresarial sobre o uso da força de trabalho - tornou-se elemento fundamental do discurso e da prática das empresas na última década. Associadas à crescente precarização das relações de trabalho e emprego, a sub-contratação e a terceirização estão presentes na grande maioria dos canteiros de obras, redefinindo as relações entre o capital e o trabalho no interior da construção civil.

Ainda segundo o DIEESE (idem), nessa linha de atuação, as grandes empresas contratam os subempreiteiros para deixar de pagar os custos sociais e terceirizar o risco do passivo trabalhista. Sob a ótica dos trabalhadores:

“o processo de terceirização se coloca não mais como tendência, mas como realidade no setor, significa precarização - sob o eufemismo da “flexibilização” das condições de trabalho -, perda de renda e dificuldades de fiscalização por parte do sindicato” (idem, pp. 6-7).

Logo, as condições precárias de trabalho típicas da construção civil, seguindo as orientações gerais do capitalismo na contemporaneidade, tendem a se acentuar. No entanto, tais condições dizem respeito não somente ao trabalho, mas como o trabalhador irá se integrar no espaço urbano, na sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vemos que o histórico de construção e continuidade da produção do espaço em Brasília é marcado pela segregação e fragmentação socioespacial. Tal realidade veio a se constituir a partir da relação entre processos estruturais e locais, e da atuação e conflitos de interesses entre diferentes agentes.

Em Águas Claras os interesses do capital incorporador vão dar o encaminhamento ao processo de produção, no qual o Estado atua de forma a favorecer tais interesses. O trabalho de concretização das formas urbanas, entendido como parte da produção do espaço, essencial a tal processo, é apresentado aqui como imprescindível ao entendimento do processo de produção contraditória do espaço. Nesse sentido, este trabalho apresenta alguns pontos para reflexão sobre a questão, a partir de um recorte espacial e enfoque desenvolvimento e análise.

Assim como na época da construção de Brasília, os operários de base da construção da capital se viram impedidos de fazerem parte da centralidade da cidade que ajudaram a construir, vemos continuamente esse processo se repetir na sociedade, embora não tão claramente como àquela época para o caso de Brasília. Temos que a

relação entre o trabalhador e o capital, caracterizado pelo estranhamento, intensa exploração e precariedade, vai definir o seu lugar de reprodução da vida no espaço. Aliados dos espaços que contribuem para produzir, uma vez que estes são acessíveis enquanto mercadoria altamente valorizada, os trabalhadores serão segregados para espaços periféricos e com condições precárias de vida.

Logo, embora atuando na produção de um espaço urbano, caracterizado por oferecer alto padrão de qualidade de vida para quem pode pagar, estarão excluídos do mesmo. Condenados a viverem precariamente onde os interesses de reprodução do capital (ainda) não se fazem presente, esses fragmentos do espaço são também produtos da mesma lógica. Nesse sentido cabendo a ciência geográfica contribuir para o seu desvelamento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 4ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.**São Paulo: Ática, 1989.

DIEESE. **Estudos setoriais: Os trabalhadores e a reestruturação produtiva na construção civil.** Resenha a partir do estudo setorial DIEESE “A reestruturação produtiva na construção civil (no prelo). nº 12, 2001.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. **A visão geográfica do espaço do homem.** (s/d).

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa & PENNA, Nelba Azevedo. **Brasília: novos rumos para a periferia.** *In: Brasília: moradia e exclusão.* PAVIANI, Aldo (org.). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. **Os desafios da urbanização brasileira.** *In: LESTIENNE, Bernard, MILESI, Rosita & GUERTECHIN, Thierry Linard de. População e pobreza.* São Paulo: Loyola, 2003.

Governo do Distrito Federal – GEPOT/RAXX. **Águas Claras: aqui o coração bate mais forte.** Brasília: Agosto de 2007

GOMES, Karla Figueiredo de Oliveira. **O capital incorporador como agente transformador da configuração urbana: o caso de Águas Claras, Distrito Federal.** Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Brasília, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política.** Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MARICATO, Ermínia. **Dimensões da tragédia urbana.** *In: Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia. Pobreza e desigualdades sociais.* Salvador: SEI, 2003.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano.** Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Presidente Prudente, 2004.

MOREIRA, Ruy. **A Geografia Serve Para Desvendar Mascaras Sociais.** In: **Geografia: Teoria e Crítica (O saber posto em questão).** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.

PELUSO, Marília Luíza. **Brasília: do mito ao plano, da cidade sonhada à cidade administrativa.** In: **Espaço & Geografia**, Vol. 6, nº 2. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Geografia, 2003.

PENNA, Nelba Azevedo. **Empreendedorismo e planejamento urbano em Brasília: da máquina de morar à máquina de crescimento urbano.** In: **Seminário Internacional: Planejamento urbano no Brasil e na Europa – um diálogo possível?** Florianópolis-UFSC, outubro de 2006.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **A Capital da esperança: Brasília; estudo sobre uma grande obra da construção civil.** Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Antropologia. Brasília: 1980.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova. Da crítica da geografia a uma geografia crítica.** 3ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem.** 5ª ed. 1ª reimp. São Paulo: HUCITEC, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4ª ed. 4ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SEPLAN/CODEPLAN/GDF. **Distrito Federal: Síntese de Informações Socioeconômicas.** Brasília, 2006.

SILVA, Lenyra Rique da. **A Natureza contraditória do espaço geográfico.** São Paulo: Editora Contexto, 1991.

VOLOCHKO, Danilo. **Estratégias financeiras e a produção do imobiliário residencial em São Paulo: o caso Panamby.** *Mimeo*, s/d  
**Sites consultados:**

<http://aguasclarasdf.com/site/?p=44> Título da matéria: Valorização elevada, de 26/01/2005. Acesso em 20/08/2008 às 16:29h.

<http://aguasclarasdf.com/site/?p=297> Título da matéria: DF registra mais uma morte em canteiro de obras. Acesso em 11/11/2008 às 21:00h.

**Material jornalístico televisionado:**

DFTV (Jornal local da Rede Globo). Data: 15/11/2008.